

QUAL EDUCAÇÃO AMBIENTAL? ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR E EXTENSÃO RURAL

Isabel Cristina de Moura Carvalho

Introdução

A educação ambiental (EA) vem sendo incorporada como uma prática inovadora em diferentes âmbitos. Neste sentido, destaca-se tanto sua internalização como objeto de políticas públicas de educação e de meio ambiente em âmbito nacional¹, quanto sua incorporação num âmbito mais capilarizado, como mediação educativa, por um amplo conjunto de práticas de desenvolvimento social. Esse é o caso, por exemplo, do diversificado rol de atividades e projetos de desenvolvimento impulsionados pelas atividades de extensão em resposta às novas demandas geradas pela *transição ambiental* do meio rural². Este processo de mudanças no mundo rural, que tende a gerar novas práticas sociais e culturais em que se verifica a assimilação de um ideário de valores ambientais, pode ser observado, por exemplo, no crescente interesse pela produção agroecológica, na busca por medicinas alternativas e fitoterápicas, no ecoturismo e no turismo rural. Práticas, estas, que estão muitas vezes associadas a ações de EA, tanto na sua difusão como na valorização da paisagem socioambiental no campo.

Uma vez identificada a entrada da EA como parte dos processos de transição ambiental e suas inúmeras interfaces com diferentes campos de ação da extensão rural, cabe abrir um debate sobre as modalidades desta prática educativa, suas orientações pedagógicas e suas conseqüências como mediação apropriada para o projeto de mudança social e ambiental em que esta vem sendo acionada. Em primeiro lugar, caberia perguntar: existe uma EA, ou várias? Será que todos os que estão fazendo EA comungam de princípios pedagógicos e de um ideário ambiental comuns? A observação destas práticas facilmente mostrará um universo extremamente heterogêneo onde, para além de um primeiro consenso em torno da valo-

1 No âmbito das iniciativas de políticas públicas, destacam-se, em nível nacional, a criação dos Núcleos de Educação Ambiental no IBAMA desde 1992; os centros de Educação Ambiental desde 1993, pelo MEC; Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) instituído, em 1994, pelo MEC e MMA; a inclusão da educação ambiental nos Parâmetros Curriculares definidos pelo MEC em 1998; e aprovação da Política Nacional de EA em 1999.

2 A noção de transição ambiental aqui proposta compartilha com o conceito de transição agroecológica, tal como proposto por Caporal e Costabeber (2000) e Costabeber e Moyano (2000), enquanto processo multidimensional de mudança social orientado à ecologização das práticas agrícolas no manejo dos agroecossistemas. Diferencia-se desse apenas no sentido de destacar a expansão da assimilação de um ideário ambientalizado também para um conjunto de práticas sociais e culturais no mundo rural não necessariamente agrícolas.

rização da natureza como um Bem, há uma grande variação das intencionalidades sócio-educativas, metodologias pedagógicas e compreensões acerca do que seja a mudança ambiental desejada.

Neste sentido, a EA é um conceito que, como outros da 'família ambiental', sofre de grande imprecisão e generalização. O problema dos conceitos vagos é que acabam sustentando certos equívocos e, neste caso, o principal deles é supor uma convergência tanto da visão de mundo quanto das opções pedagógicas que informam o variado conjunto de práticas que se denominam de EA. Assim, neste artigo pretendemos discutir algumas das principais diferenças nas concepções de EA e suas conseqüências no plano político-pedagógico. Para isto, vamos problematizar alguns aspectos da relação da EA - tomada como parte dos processos de ambientalização da sociedade - com o campo educativo onde vai disputar legitimidade como um tipo novo de prática pedagógica orientada para o meio ambiente.

O ambiental como qualificador da educação

Uma primeira questão diz respeito ao significado do ambiental como qualificador da educação. Outras correntes pedagógicas antes das EAs também se preocuparam em contextualizar os sujeitos no seu entorno histórico, social e natural. Trabalhos de campo, estudos do meio, temas geradores, aulas ao ar livre, não são atividades inéditas na educação. Estes recursos educativos, tomados cada um por si, não são estranhos às metodologias consagradas na educação como aquelas inspiradas em Paulo Freire e Piaget, entre outras. Assim, qual seria o diferencial da EA? O que ela nos traz de novo que justifique identificá-la como uma nova prática educativa?

Poderíamos dizer, numa primeira consideração, que o novo de uma EA realmente transformadora, ou seja, daquela EA que vá além da reedição pura e simples daquelas práticas já utilizadas tradicionalmente na educação, tem a ver com o modo como esta EA revisita esse conjunto de atividades pedagógicas, reatualizando-as dentro de um novo horizonte epistemológico em que o ambiental é pensado como sistema complexo de relações e interações da base natural e social e, sobretudo, definido pelos modos de sua apropriação pelos diversos grupos, populações e interesses sociais, políticos e culturais que aí se estabelecem. O foco de uma educação dentro do novo paradigma ambiental, portanto, tenderia a compreender, para além de um ecossistema natural, um espaço de relações sócio-ambientais historicamente configurado e dinamicamente movido pelas tensões e conflitos sociais.

De todo modo, a construção de um nexos entre educação e meio ambiente, capaz de gerar um campo conceitual teórico-metodológico que abrigue diferentes propostas de EAs, só pode ser entendida à luz do contexto histórico que o torna possível. Afinal, não podemos compreender as práticas educativas como realidades autônomas, pois elas só fazem sentido a partir dos modos como se associam aos

cenários sociais e históricos mais amplos, constituindo-se em projetos pedagógicos políticos datados e intencionados.

Desta forma, a emergência de um conjunto de práticas educativas nomeadas como EA e a identidade de um profissional a ela associada, o educador ambiental, só podem ser entendidos como desdobramentos que fazem parte da constituição de um *campo ambiental*³ no Brasil, a partir do qual a questão ambiental tem se constituído como catalisadora de um possível novo pacto societário sustentável. Assim, o qualificador ambiental surge como uma nova ênfase para a educação, ganhando legitimidade dentro deste processo histórico como sinalizador da exigência de respostas educativas a este desafio contemporâneo de repensar as relações entre sociedade e natureza.

Contudo, considerando a assimetria das relações de força que estão definindo as transformações sociais e econômicas em curso, é importante destacar que a dinâmica deste campo é a da disputa pelas interpretações sobre conceitos-chave como “ambiental” ou “sustentabilidade”. A verdade é que ainda estamos longe de chegar a um acordo sobre as chances de uma nova aliança sustentável ou um *contrato natural*, como o chamou Serres (1991), baseada na justiça e na equidade entre a sociedade e a natureza. Talvez estejamos no momento de, justamente, disputar este projeto discutindo sobre que bases a reconversão em direção a uma ordem sustentável deveria se dar. A EA, como parte deste contexto vai, portanto, transitar na esfera das relações conflituosas das diferentes orientações políticas e pedagógicas, sendo afetada pelos diferentes projetos político-pedagógicos em disputa.

As diferentes EAs

As práticas de EA, na medida em que nascem da expansão do debate ambiental na sociedade e de sua incorporação pelo campo educativo, estão atravessadas pelas vicissitudes que afetam cada um destes campos. Disto resultam pelo menos dois vetores de tensão que vão incidir sobre a EA: i) a complexidade e as disputas do campo ambiental, com seus múltiplos atores, interesses e concepções, e ii) os vícios e as virtudes das tradições educativas com as quais estas práticas se agenciam.

Estes vetores vão gerar uma grande clivagem no conjunto das práticas de EA, demarcando duas diferentes orientações que poderiam ser chamadas: EA *comportamental* e a EA *popular*. Cabe lembrar que essa classificação resulta de um esforço de análise que se propõe intencionalmente a distinguir e matizar as práticas de EA de acordo com suas filiações pedagógicas. Isto não significa que no plano da observação empírica não se possa constatar que estas duas vertentes apa-

³ Este pode ser entendido como um espaço de relações sociais e históricas em que se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um Bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. Essa crença alimenta a utopia de uma relação *simétrica* entre os interesses das sociedades e os ciclos da natureza, no respeito aos processos vitais e aos limites da capacidade de regeneração e suporte da natureza que deveriam balizar as decisões sociais e reorientar os estilos de vida e hábitos coletivos e individuais.

reçam muitas vezes sobrepostas e/ou combinadas nas práticas dos educadores ambientais. Também é verdade que estas duas tendências não esgotam todo o campo das EAs, que é ainda muito mais diversificado; contudo, expressam uma importante distinção entre duas das principais matrizes sócio-educativas que informam esta prática que serão objeto dos próximos tópicos deste artigo.

A EA comportamental

Com o debate ambientalista generaliza-se um certo consenso, no plano da opinião pública, sobre a urgência de conscientizar os diferentes estratos da população sobre os problemas ambientais que ameaçam a vida no Planeta. Conseqüentemente, é valorizado o papel da educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente e indutor da mudança dos hábitos e comportamentos, considerados predatórios, em hábitos e comportamentos tidos como compatíveis com a preservação dos recursos naturais.

Uma outra idéia bastante recorrente nesta perspectiva é a de que, embora todos os grupos sociais devam ser educados para a conservação ambiental, as crianças são um grupo prioritário. As crianças representam aqui as gerações futuras em formação. Considerando que as crianças estão em fase de desenvolvimento cognitivo, supõe-se que nelas a consciência ambiental pode ser internalizada e traduzida em comportamentos de forma mais bem-sucedida do que nos adultos que, já formados, possuem um repertório de hábitos e comportamentos cristalizados e de difícil reorientação.

Desta forma, surge uma EA que vai tomar para si como meta principal o desafio das mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente. Informada por uma matriz conceitual apoiada na psicopedagogia comportamental, essa EA partilha de uma visão particular do que seja o processo educativo, a produção de conhecimentos e a formação dos sujeitos.

A psicologia comportamental é, sobretudo, uma psicologia da consciência. Isto significa, por exemplo, considerar o comportamento uma totalidade capaz de expressar a vontade dos indivíduos. Acredita também que é possível aceder à vontade dos indivíduos e produzir transformações nas motivações das ações destes através de um processo racional, que se passa no plano do esclarecimento, do acesso a informações coerentes e da tomada de consciência. Isto quer dizer, em última instância, que esta matriz teórica supõe indivíduos cuja totalidade da ação encontra suas causas na esfera da razão, e é nesta também que se pretende situar as relações de aprendizagem e a formação dos valores.

A EA popular

Esta EA está associada com a tradição da educação popular que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social de formação de cidadania. A EA popular compartilha com essa visão a

idéia de que a vocação da educação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade. O destinatário da educação nesta perspectiva são os sujeitos históricos, inseridos numa conjuntura sócio-política determinada cuja ação, sempre intrinsecamente política, resulta de um universo de valores construído social e historicamente. Nesta perspectiva não se apaga a dimensão individual e subjetiva, mas esta é vista desde sua intercessão com a cultura e a história, ou seja, o indivíduo é sempre um ser social.

Assim, o foco da EA popular não são os comportamentos, embora em certa educação popular também exista uma herança racionalista que se expressa principalmente no conceito de *conscientização*. A perspectiva racionalista, que pensa os processos de transformação pela via da consciência, chega à EA não só pela EA comportamental, mas também por certa EA popular. Ocorre que nem toda EA popular se atém estritamente à noção de conscientização, mesmo porque uma crítica deste conceito tem sido feita pela própria educação popular nos últimos anos. Assim, esta EA pode utilizar-se também de conceitos mais complexos como, por exemplo, o de Ação Política, no sentido em que é definida pela filosofia política de Arendt, para entender o agir dos sujeitos e grupos sociais frente às questões ambientais⁴.

Mais do que resolver os conflitos, ou preservar a natureza através de intervenções pontuais, esta EA entende que a transformação das relações dos grupos humanos com o meio ambiente está inserida dentro do contexto da transformação da sociedade. O entendimento do que sejam os problemas ambientais passa por uma visão do meio ambiente como um campo de sentidos socialmente construído e, como tal, atravessado pela diversidade cultural e ideológica, bem como pelos conflitos de interesse que caracterizam a esfera pública. Ao enfatizar a dimensão ambiental das relações sociais, a EA popular propõe a transformação das relações com o meio ambiente dentro de um projeto de construção de um novo *ethos* social, baseado em valores libertários, democráticos e solidários.

A opção por um grupo prioritário não é uma característica predominante nesta abordagem, como tem sido na EA comportamental. Aqui se compreende a formação como um processo permanente e sempre possível. Há várias experiências de EA popular, por exemplo, que elegem como sujeitos prioritários da ação educativa ambiental grupos e organizações populares. Ou ainda, destacam a importância de trabalhar com os grupos cuja interação com o meio ambiente é mais direta. Por exemplo, produtores rurais e certas categorias de trabalhadores urbanos como os recicladores e outros⁵. De qualquer forma, não há uma especial

4 Para Arendt (1989) o conceito de Ação Política é a expressão mais nobre da condição humana. Os humanos se definem por seu agir entre seus pares, influenciando no destino do mundo comum. Esta capacidade de agir em meio à diversidade de idéias e posições é a base da convivência democrática, da liberdade e da possibilidade de criar algo novo. Desta forma o Agir humano é o campo próprio da educação enquanto prática social e política que pretende transformar a realidade. Para uma discussão do conceito arendtiano de Ação Política e sua aplicação no contexto da educação ambiental, remeto ao meu artigo "Educação, meio ambiente e ação política". In: Acsehrad, H. (Org). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992, pp. 32-42.

5 Sobre esta definição de sujeitos prioritários ver Ruiz, Javier Reyes. "Diagnóstico mexicano sobre educación popular ambiental". Seminario regional de capacitación de las comunidades para el manejo sustentable de los recursos naturales. Red de Educación Popular Ambiental - REPEC, México, 1995 (mimeo).

valorização da infância como faixa etária privilegiada para a formação ambiental. Cabe lembrar aqui que a educação popular tem sido em grande parte uma educação de adultos. No contexto de uma educação que se dirige a sujeitos capazes de decisão, a criança é importante enquanto engajada no processo de formação de cidadania, mas deixa de ter prioridade sobre os outros grupos passíveis de uma EA.

Entre a Intenção e o Gesto: limites e possibilidades das EAs

O principal problema de uma EA comportamental é sua visão restrita dos processos sociais e subjetivos que constituem os sujeitos. Em primeiro lugar, poderíamos destacar o equívoco de supor sujeitos da vontade, isto é, reduzir os indivíduos à sua dimensão racional. Em outras palavras, reduzir o sujeito ao ego, desconhecendo que a complexidade das determinações da ação humana em muito ultrapassam essa instância psíquica. Do mesmo modo, o processo de formação e produção de conhecimentos está longe de responder exclusivamente aos ditames da consciência e da vontade. Entre a intenção e o gesto há um universo de sentidos contraditórios que a relação causal razão-comportamento está longe de comportar. É largamente conhecido o tema das descontinuidades entre o dito da razão e as atitudes⁶.

A pesquisa do Instituto ECOAR (Trajber, R e Manzochi, M.L., 1996) sobre os materiais impressos em EA no Brasil demonstra, de maneira exemplar, como as escolhas entre enfatizar o comportamento ou a ação política se refletem na produção escrita deste campo. A instigante análise do discurso da EA realizada pela lingüista Eni Orlandi neste estudo apontou, no, para os aspectos imediatistas e doutrinários, que levam ao fechamento do discurso de uma EA pautada em pressupostos comportamentais. Orlandi destacou ainda o silêncio dessa EA sobre a produção social dos problemas ecológicos e, decorrente disto, sua tendência a culpabilizar os indivíduos como se todos fossem igualmente responsáveis pelos efeitos da degradação ambiental.

Comportamento é um conceito muito pobre para dar conta da complexidade do agir humano. Não se trata de induzir novos comportamentos, pois isso pode ser alcançado de forma pontual sem implicar em qualquer transformação significativa no sentido da construção de um novo *ethos*, no sentido de um novo pacto civilizatório desejado por um ideário ecológico emancipatório. Uma pessoa pode aprender a valorizar um ambiente saudável e não poluído e ter comportamentos, tais como não sujar as ruas e participar dos mutirões de limpeza do seu bairro. Essa mesma pessoa, no entanto, pode considerar adequada a política de produção e transferência de lixo tóxico para outra região e não se importar com a contaminação de um lugar distante do seu ambiente de vida. Numa perspectiva

⁶ A pesquisa "O brasileiro pensa da ecologia" (Crespo e Leitão, 1992), por exemplo, verificou entre os entrevistados essa lacuna entre o convencimento racional e a disposição para agir diferente frente ao meio ambiente.

individualista, isto preserva seu meio ambiente imediato, a despeito do prejuízo que possa ter, por exemplo, para outras populações que possam ser afetadas por estes resíduos tóxicos. Neste sentido, é possível um comportamento preocupado com o meio ambiente local sem qualquer compromisso com um pacto solidário global.

Quanto à capacidade de uma educação promover valores ambientalizados, é importante destacar que o processo educativo não se dá apenas pela aquisição de informações, mas sobretudo pela aprendizagem ativa entendida como construção de novos sentidos e nexos para a vida. Trata-se de um processo que envolve transformações no sujeito que aprende e incide sobre sua identidade e posturas diante do mundo. A internalização de um ideário ecologista emancipatório não se dá apenas por um convencimento racional sobre a urgência da crise ambiental, mas sobretudo implica numa vinculação afetiva com os valores éticos e estéticos desta visão de mundo. Desse ponto de vista, uma EA comportamental pode ser funcional a diversas esferas de ação que visam a inibir ou estimular, em termos imediatos, certos comportamentos bem definidos – por exemplo: diminuir o índice de depredação de árvores pelos visitantes de uma área de proteção ambiental — mas dificilmente consegue incorporar a dimensão mais ampla e coletiva das relações ambientais associadas a transformações em direção a um novo projeto societário.

A EA popular, por sua vez, age dentro de um universo em que a educação é uma prática de formação de sujeitos e produção de valores, comprometida com um ideário emancipatório e, ao enfatizar a dimensão ambiental, amplia a esfera pública, incluindo nesta o debate sobre o acesso e as decisões relativas aos recursos ambientais. Nessa perspectiva o educador ambiental é, sobretudo, um mediador da compreensão das relações que os grupos com os quais ele trabalha estabelecem com o meio ambiente. Atua assim como um intérprete dessas relações, um coordenador das ações grupais ou individuais que geram novas experiências e aprendizagem.

No caso da extensão rural, a EA popular parece ser uma das mediações educativas afinadas ao espírito de uma extensão rural agroecológica tomada como *“um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de intervenção-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade”* (Caporal e Costabeber, 2000:33). A afinidade da EA popular com o marco da *nova extensão rural* remete à vocação de uma EA que pretende promover mudanças nos níveis mais profundos das relações sócio-ambientais. É claro que aqui se trata de uma escolha pedagógica e não de uma verdade auto-evidente. Do mesmo modo que não se trata, neste artigo, de pretender dar a palavra final a uma discussão que vem se dando entre os educadores ambientais, mas expressar uma posição e expô-la ao debate.

Referências Bibliográficas

- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.
- CAPORAL, F. R, COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar, 2000.
- CARVALHO, I.C.M. Educação , meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. (org). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992
- COSTABEBER, J. A . E MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.1, n.4, out/dez. 2000.
- CRESPO, S. LEITÃO, P. *O que o brasileiro pensa da ecologia*. Rio de Janeiro: MAST e CEPEN/ CNPQ, Agência Estado e ISER, 1992.
- CRESPO, S. et ali. *O que o Brasileiro pensa do meio ambiente, do desenvolvimento e da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: MAST/CNPQ e ISER, 1998.
- RUIZ, J. R. Diagnóstico mexicano sobre educacion popular ambiental. In: *Seminário regional de capacitación de las comunidades para el manejo sustentable de los recursos naturales*. Red de Educación Popular Ambiental - REPEC, México, 1995 (mimeo).
- SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- TRAJBER, R.; Manzochi, L. *Avaliando a educação ambiental no Brasil*. São Paulo: Editora Gaia, Co-leção Gaia-Ecoar,1996.

Para refletir e dialogar em grupo:

- A partir das discussões feitas na problematização inicial e da leitura dos textos, qual o teu entendimento de EA agora? Em que mudou o entendimento inicial?